

O BRASIL TEM SOLUÇÃO?

AINDA FALTA ESTABILIDADE

Mudanças de regras e de rumos nas políticas públicas espantam investidores e tornam o país mais frágil

MARIANA MAZZA

DA EQUIPE DO CORREIO

Carente de investimentos para atingir crescimento sustentável, o Brasil, ao invés de atrair os interessados em colocar dinheiro no país, consegue espantá-los. E a dificuldade em atrair recursos acaba prejudicando a própria economia. A falta de regras claras nas áreas mais necessitadas de verbas privadas — como a infra-estrutura —, é o principal problema, afirmam empresários. O cenário fica ainda mais desestimulante quando somam-se os custos altos de produção e contratação de pessoal, à forte carga tributária e às incertezas sobre a capacidade de o país suportar crescimento mais forte.

Um dos maiores temores do mercado quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva venceu as eleições em 2002 era a quebra dos contratos das privatizações das estatais, como do Sistema Telebrás e da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). Os documentos não foram rasgados, mas o vaivém de regras e entendimentos sobre a legislação vigente teve quase o mesmo efeito sobre os investidores instalados no Brasil e no exterior.

Basta ver o que o governo fez com os serviços públicos privatizados. Na energia, todo o modelo de negócios foi trocado. Em telecomunicações, projetos previstos há anos — como a conversão do pulso pelo minuto na telefonia fixa — foram suspensos por intervenção ministerial. O Tribunal de Contas da União (TCU) resolveu mudar sua própria avaliação sobre as rodovias na lista de privatização, cau-

sando atrasos nas concessão. E esses são apenas exemplos de setores regulados.

Importantes áreas como de saneamento e de comercialização de gás natural continuam sem regras claras (o primeiro teve o marco regulatório aprovado somente neste ano). “Há uma necessidade real e premente de se dar estabilidade para os investidores e de se constituir órgãos reguladores de modo que eles sejam independentes em três níveis: hierárquico, decisório e orçamentário. Sem isso, não vai ter quem se sintam seguros para investir no Brasil”, atesta o advogado Pedro Dutra, especialista em regulação.

Para a maioria das autarquias responsáveis por regular os setores da economia, a entrada do novo governo trouxe mais problemas do que soluções. Poucas saíram ilesas dos contingenciamentos de verbas e intervenções de ministros. “Eu acho que existe uma questão quase filosófica, onde o poder Executivo não entende qual é o papel e a relevância das agências”, avalia Luiz Leonardo Cantidiano, ex-presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), reguladora do mercado de ações e uma das poucas poupadas pela administração petista quando o assunto é autonomia nas decisões.

Fuga de bilhões

Coincidência ou não, enquanto o mercado de valores sobe com vigor, os investimentos minguram onde a autonomia das reguladoras foi ameaçada. “O dinheiro não tolera desaforo. Ninguém em sã consciência abandona o que já investiu, mas as empresas têm um limite e quando não há segurança, diminuem seus

planos de investimento”, explica o presidente da Associação Nacional das Operadoras Celulares (Acel), Ércio Zilli. Nas telecomunicações, as interferências foram comuns. Durante o primeiro mandato, o Ministério das Comunicações questionou desde a validade da assinatura básica na telefonia até as regras de leis desenhadas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e validados por consulta pública.

Na energia — um dos principais gargalos para o crescimento do país —, a mudança do modelo de comercialização não deslanchou os investimentos. “Até 2002 (ano do novo modelo), US\$ 3 bilhões foram investidos pela iniciativa privada na autoprodução e geração independente de energia elétrica. Depois de 2002, nenhum centavo foi aplicado por esses agentes”, afirma o vice-presidente da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia (Abrace), Eduardo Spalding.

A saída apontada pelos empresários e especialistas para minimizar a insegurança que afasta o capital é o fortalecer as reguladoras. Para que funcionem, devem seguir apenas as leis setoriais e não as vontades políticas de cada governo. Um exemplo de sucesso dessa autonomia técnica foi visto na boa relação entre o Ministério da Justiça e os dois órgãos de defesa da concorrência ligados à pasta: o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e a Secretaria de Direito Econômico (SDE).

“O trabalho do ministro Márcio Thomaz Bastos merece ser destacado. Ele não só protegeu as autarquias ligadas à Justiça, como reconheceu a importância da defesa da concorrência e do combate ao

abuso econômico ao fazer isso. É um exemplo que deveria ser seguido pelos outros ministérios”, afirma o especialista Pedro Dutra.

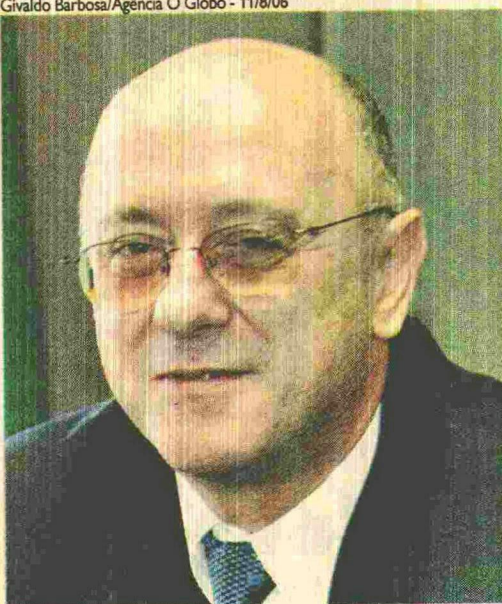
Admissão

Quando o assunto é instabilidade, algumas vezes começam a se destacar para criticar a difícil tarefa de aplicar dinheiro em um país onde as regras podem mudar a qualquer momento. Desabafo recentemente partiu do presidente da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), Roger Agnelli. O comandante da segunda mineradora do mundo reclamou dos entraves criados pelo Executivo, Legislativo e pelo Judiciário para quem quer investir no país.

A Vale tem sofrido para destravar projetos de infra-estrutura, como a construção de portos de escoamento da produção e ampliação da malha ferroviária. “Não sei se a melhor definição é castigo ou se é calvário”, atirou Agnelli ao se referir às dificuldades que as empresas passam no Brasil. Grande parte dos problemas estaria na legislação ambiental, onde os Três Poderes têm posições conflitantes por conta da desatualização das regras.

Onde novos parâmetros têm sido implantados, as empresas sentem-se mais seguras do que no passado. É o caso da aviação civil, que desde o início do ano passou a ter uma autarquia reguladora, a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). “A regulamentação feita pela agência tem sido importante para orientar o setor. A pior regra é não ter regra alguma. Querer isso é coisa de criança”, apoia o presidente da TAM, Marco Antonio Bologna.

Givaldo Barbosa/Agência O Globo - 11/8/06



“**ISSO É UM PROBLEMA SÉRIO PORQUE A SEGURANÇA JURÍDICA É ESSENCIAL PARA ATRAIR INVESTIMENTOS. O DINHEIRO NÃO ACEITA DESAFORO**”

Ércio Zilli, presidente da Associação Nacional das Operadoras Celulares (Acel) e ex-diretor da Telemar

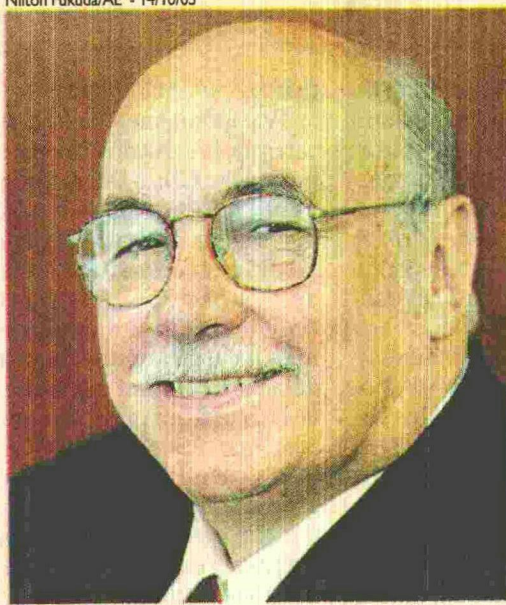
Paulo H. Carvalho/CB - 23/4/04



“**EU NÃO SEI SE A MELHOR DEFINIÇÃO É CASTIGO OU SE É CALVÁRIO. (...) QUEREMOS REALIZAR AS OBRAS, MAS ESTAMOS DE MÃOS ATADAS**”

Roger Agnelli, presidente da Companhia Vale do Rio Doce

Nilton Fukuda/AE - 14/10/05



“**EM ENERGIA, HÁ UM VOLUME ENORME DE INVESTIMENTOS CONSTRANGIDOS. DEPOIS DO NOVO MODELO NÃO SE INVESTIU MAIS EM GERAÇÃO**”

Eduardo Spalding, vice-presidente da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia (Abrace)

Rafael Neddermeyer/Especial para o CB - 21/12/06



“**A REGULAMENTAÇÃO FEITA PELA AGÊNCIA É IMPORTANTE PARA ORIENTAR O SETOR. A PIOR REGRA É NÃO TER REGRA ALGUMA. ISSO É COISA DE CRIANÇA**”

Marco Antonio Bologna, presidente da TAM

Adauto Cruz/CB - 4/8/04



As regras do sistema de defesa da concorrência ficaram mais claras nesses últimos anos?

Não sei se as regras estão mais claras, porque a lei não mudou. Acho que esse conselho teve clareza de que os objetivos de celeridade deveriam ser atingidos.

É possível dizer que as decisões do Cade estão mais consistentes?

O número de casos do Cade contestados cresce na

medida em que se aumenta o número de condenações. Há hoje uma preocupação muito grande em ter consistência nas decisões do Cade para que elas sejam confirmadas no Judiciário. Um exemplo é o uso da súmula, que cria essa jurisprudência necessária para dar segurança ao administrado.

Quais são as perspectivas para os próximos anos?

Com relação a fusões e aquisições, não há como fa-

zer uma previsão. O desafio será com relação à conduta. Já há uma clara estratégia de investigar cartéis por parte da Secretaria de Direito Econômico. O combate a cartéis veio para ficar.

A senhora apoia a iniciativa de unificar o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC)?

No dicionário, “sistema” é uma sinergia entre partes para se chegar a um determinado resultado. Sem um objetivo comum, há apenas partes justapostas. Então, se me perguntar se o desenho atual é favorável a essa sinergia, eu diria que não. Por isso, sou favorável.

REVOLUÇÃO SILENCIOSA

Uma revolução aconteceu no sistema de defesa da concorrência nos últimos anos. O tempo de análise dos atos de concentração foi reduzido, abrindo espaço para um foco maior no combate aos cartéis. Em entrevista ao Correio, a economista Elizabeth Farina, que hoje preside o principal órgão do sistema, o Cade, fala dos próximos desafios desse setor tão importante para a saúde da economia de um país. (MM)

Leia mais na página 15. Na edição de amanhã: câmbio e exportações